

"Golpe" de Ulysses é contra Constituição atual

24 OUT 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Dois dias depois de ter sido acusado pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP) de estar preparando um golpe contra o governo do presidente José Sarney, o multipresidente Ulysses Guimarães aproveitou, ontem, a solenidade de posse dos novos ministros do PMDB para dar a resposta: o golpe que pretende desfechar é contra a Constituição vigente (a de 1967), escrita, segundo disse, por pessoas que, como Delfim, se beneficiaram com o golpe militar de 1964.

Demonstrando irritação com a entrevista do deputado paulista, Ulysses Guimarães disse que a receita contra o golpe não é prejudicar a Constituinte. "Há pessoas que se beneficiaram do golpe (de 64) e agora emprestam intenções que não são verdadeiras, no intuito de prejudicar quem está trabalhando com sinceridade."

Nós estamos fazendo uma Cons-

tituição que transmita justamente liberdade, democracia e justiça social, requisitos que afastam qualquer pretensão de golpe, como houve no passado", afirmou.

Ulysses Guimarães quis também esclarecer outro ponto que, a seu ver, a imprensa não tem transmitido com fidelidade, criando uma falsa imagem na opinião pública: seu relacionamento com o presidente José Sarney. Para ele, há uma constante tentativa de "intrigá-lo" com Sarney, quando na verdade os dois mantêm excelente entendimento. "Essas futuras não prevalecem", disse ele, comentando nunca ter desejado medir forças com o presidente da República, cuja eleição na chapa de Tancredo Neves, e posterior ascensão ao poder, sempre apoiou. "A pregação do presidente Sarney de unidade do partido é também a minha", acrescentou Ulysses, reconhecendo, porém, que ao longo dos dois anos e meio de governo surgiram alguns problemas de relacionamento entre

o partido e o governo, que agora foram superados.

A escolha de parlamentares do PMDB para compor o Ministério, no entender de Ulysses Guimarães, vai contribuir para estreitar os laços do Congresso com o Executivo, uma vez que serão divididas as responsabilidades pela condução do governo. "Vamos partir para uma colaboração harmônica e quem vai lucrar com isso é o País", disse ele.

A expectativa do multipresidente é que Sarney coloque em marcha, agora que realizou a reforma, o programa mínimo de governo, que retoma compromissos assumidos pelo partido. Mas ele não descartou a possibilidade de Sarney contar, para isso, com a participação de outros partidos que se identifiquem com o documento "Democracia e desenvolvimento", no qual o presidente convocou os políticos a formar um pacto visando a um governo de união nacional.

Presidente já admite a solução das urnas

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney não está pessimista e acredita que mesmo com uma reforma ministerial de limites reduzidos, como a que realizou esta semana, conseguirá melhorar o relacionamento do governo com a Assembléia Nacional Constituinte. Espera dispor de quadros e de espaço suficientes para colaborar para a promulgação de uma Constituição acorde com os interesses e as necessidades nacionais. Acredita que com a nova recomposição de forças partidárias o Palácio do Planalto encontrará condições para participar do esforço comum no sentido de se chegar a um texto viável, factível e sem fantasias ou radicalismos. Mesmo que não seja essa a tendência verificada nas votações da Comissão de Sistematização, haverá tempo para que, nos debates em plenário, erros e excessos sejam corrigidos. O importante será a partir da reforma ministerial e dos múltiplos entendimentos que manteve, obter 280 votos constituintes para se, for necessário, emendar o regimento interno e dar ao plenário da Constituinte mecanismos capazes de corrigir certas decisões tomadas na Comissão de Sistematização. Afinal, os 559 constituintes valem mais do que os 93 integrantes da Comissão de Sistematização.

Não é apenas manter o presidencialismo e obter cinco anos de mandato o que preocupa Sarney. Ele tem repetido inúmeras vezes que o País ficará ingovernável se, no capítulo tributário, forem subtraídos recursos da União sem a contrapartida da retirada de encargos. Mais ainda se, no capítulo da Ordem Econômica, vierem a ser estabelecidos empecilhos à ação da livre empresa, nacional e estrangeira. Ou se, no capítulo da ordem social, se promover o impossível ao trabalhador.

Acreditando ser possível chegar a um ponto de entendimento e, assim, a uma Constituição avançada e reformista, não a uma Constituição revolucionária, lírica e inexecutável, o presidente da República não está considerando a hipótese da realiza-

ção de eleições gerais e imediatas para todos os cargos eletivos. Não vê como isso possa acontecer sem que tenham sido atingidos direitos líquidos e certos dos atuais mandatários, menos ele, até do que os governadores, deputados, senadores, prefeitos e vereadores. No entanto, para Sarney, conforme repetia ontem um de seus principais assessores, caso não se constata chegar a uma Constituição executável, talvez essa fosse mesmo a grande solução. Não será por causa dele, que nunca esteve apegado a cargos e funções, que uma solução heróica deixaria de ser estabelecida. Pessoas de sua intimidade acham que ele poderia até patrocinar, dentro de uma situação inusitada. Jamais dirá isso de público, pelos menos até o momento em que uma tal situação se configure. Mas acredita nas instituições, no espírito público dos constituintes e nas possibilidades do País. O importante para ele, nessa atual e difícil fase, é que ninguém se deve entregar ao derrotismo. A sinistra pode causar um grande mal ao Brasil, e o importante a ressaltar é que, como regra, cultivamos a esperança e o otimismo.

Sarney, ainda conforme o assessor, não se incomoda com as críticas que lhe têm sido feitas e até sustenta serem elas produtivas e necessárias. Não tem a pretensão de acertar sempre e se dispõe a rever erros, quando cometidos. Julga que na democracia é assim mesmo. Quando o acusam de indecisão, estão querendo vesti-lo com o modelo do passado, dos tempos em que os presidentes da República impunham, e não permitiam o menor debate com a sociedade. Os recentes decretos que assinou no âmbito da reforma agrária demonstram sua disposição de acertar e de rever iniciativas anteriores, quando fica demonstrado que elas não funcionam. Espera, com as modificações desta semana, no setor das desapropriações, estar contribuindo tanto para desanuviar os espíritos quanto para permitir uma reforma agrária efetiva e real, longe dos palanques e próxima das enxada e dos tratores